

Ata da 241ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida por meio de videoconferência, nos dias 10 a 13 de junho de 2021, Gestão 2020-2023 –

Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social.

1 Nos dias dez a treze de junho de dois mil e vinte e um, reuniram-se, por meio de
2 videoconferência (Plataforma *Teams*), as conselheiras constantes da lista de presença em
3 termo próprio, para participarem da 241ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno, conforme
4 convocação, por meio da Comunicação Interna CFESS Nº 19/21, de 24 de maio de 2021.
5 Inicialmente foi recuperado que na 240ª Reunião Extraordinária de Conselho Pleno do
6 CFESS, em 22 de maio 2021, foi acatado o pedido do conselheiro 4º Suplente Agnaldo
7 Knevitz de se licenciar no período de 24 de maio a 21 de setembro de 2021, como
8 consequência, foi realizado reordenamento da gestão por meio da Resolução Cfess Nº 974, de
9 28 de maio de 2021 que alterou a ocupação das suplências a partir da quarta posição. Sem
10 mais, registra-se que estiveram presentes em todos os dias e horários as(o) seguintes
11 conselheiras(o): Maria Elizabeth Santana Borges (Conselheira Presidenta); Maria Rocha
12 (Conselheira Vice-Presidenta); Dácia Cristina Teles Costa (Conselheira 1ª secretária); Kelly
13 Melatti (Conselheira 1ª Tesoureira); Francieli Piva Borsato (Conselheira 2ª Tesoureira); Lylia
14 Rojas (Membra do Conselho Fiscal); Alessandra Dias (Membra do Conselho Fiscal); Elaine
15 Pelaez (Conselheira 1ª Suplente); Carla Alexandra Pereira (Conselheira 2ª Suplente);
16 Mauricléia Soares dos Santos (Conselheira 3ª Suplente); Emilly Marques (Conselheira 5ª
17 Suplente); Ruth Bittencourt (Conselheira 6ª Suplente); Eunice Damasceno (Conselheira 7ª
18 Suplente); e Kênia Figueiredo (Conselheira 8ª Suplente). Por motivos de saúde, não
19 participaram do Pleno as conselheiras: Daniela Möller (Conselheira 2ª Secretária), Priscilla
20 Cordeiro (Conselheira membra do Conselho Fiscal); e Dilma Francelin de Jesus (Conselheira
21 4ª Suplente). Sem prejuízo de participação nos demais momentos, informo que a conselheira
22 Kênia Figueiredo ingressou após o início da sessão no dia 10/06 (quinta-feira) por estar em
23 representação externa do Cfess e a conselheira Eunice Damasceno se ausentou durante a
24 reunião no dia 11/06 (sábado) devido a compromisso no trabalho. Participaram do encontro
25 de modo alternado, conforme as pautas tratadas: assessorias especiais Adriane Tomazelli,
26 Cristina Abreu e Zenite Bogeia; assessorias jurídicas Érika Medeiros e Sylvia Terra; assessoria
27 de comunicação: Rafael Werkema; Jornalista: Diogo Adjuto; e a trabalhadora Sandra Sampe.
28 **No dia dez de junho, a partir das dezenove horas e quinze minutos (19h15min)**, a
29 Presidenta Beth Borges iniciou o Pleno cumprimentando a todas as pessoas presentes, fala da
30 necessidade de ser objetivar devido a extensão da pauta. Logo após, submeteu a pauta para
31 apreciação do Colegiado que a aprovou conforme anexo, com a inclusão dos seguintes
32 pontos: discussão sobre a Plenária Nacional e ressarcimento no item da Diretoria Executiva;
33 desaforamentos de processos éticos em relação à 21ª Região/MS, na Comissão de Ética e
34 Direitos Humanos (CEDH); informações sobre convite da Frente Telessaude, na Comissão de
35 Seguridade Social; apreciação da ata da 240ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS
36 realizada em abril de 2021. Seguiu-se o ponto de informes. O informe sobre o Fórum de
37 Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão) foi apresentado pela
38 conselheira Maria Elizabeth Santana Borges e pelo assessor jurídico Vitor Alencar, que
39 relataram a participação em reunião que debateu a proposta de Emenda à Constituição - PEC
40 108/2019, que determina o fim da obrigatoriedade de profissionais se inscreverem em
41 conselhos de classe; a PEC 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados
42 públicos e organização administrativa e discussões sobre o exercício profissional de não
43 brasileiras/os, sendo formados Grupos de Trabalho (GT) para elaborar proposições sobre os

44 temas. Os encaminhamentos são os seguintes: elaboração, publicação e envio aos Conselhos
45 Regionais de Serviço Social (CRESS) e parlamentares de documento com posicionamento do
46 Cfess sobre a PEC 108/2019; envio da síntese dos pareceres jurídicos do CFESS sobre a
47 natureza jurídica dos conselhos aos CRESS; incidências junto a/aos deputadas/os Comissão
48 de Constituição e Justiça (CCJ). O segundo informe versou sobre a participação do CFESS na
49 reunião remota da Frente Parlamentar de Apoio aos Conselhos Profissionais, por meio da
50 conselheira Maria Rocha. A reunião tratou da PEC 108/2019 e estratégias de articulação
51 política e de diálogo com a sociedade no sentido da defesa dos conselhos profissionais
52 vinculados a interesses sociais. O ponto seguinte se referiu a organização sindical de
53 assistentes sociais, sendo afirmada a compreensão sobre a importância de discutir a temática
54 de modo a contemplar o debate histórico na década de 1980 e na atual conjuntura. Foi
55 lembrada a decisão política do conjunto CFESS-CRESS de defesa da organização sindical por
56 ramo de atividade. O encaminhamento foi de realização de discussão sobre o tema em reunião
57 do conselho pleno, em data a ser definida, tendo como sugestão de convidadas Socorro Cabral
58 e/ou Sonia Lucio Lima. O item posterior tratou de avaliação da discussão realizada com Ana
59 Elisabeth Mota em reunião deste conselho, sendo apontada a relevância do debate realizado,
60 com destaque para a explicitação de um panorama geral neste contexto de adversidades, os
61 desafios do trabalho profissional nessa conjuntura, a sociabilidade de resistência no serviço
62 social, o serviço social na pandemia, a importância de compreender o perfil das/os assistentes
63 sociais e as novas requisições e a necessária inserção nas mobilizações em defesa de direitos
64 da população que atendemos e das políticas sociais com as quais trabalhamos. Foi debatida
65 especificamente a inserção do CFESS nos Atos em defesa de vacina para todas as pessoas,
66 contra a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e pelo Fora Bolsonaro. O encaminhamento
67 foi a elaboração de material de comunicação convocando para os atos e a participação nos
68 mesmos, tendo em vista a articulação das medidas governamentais regressivas com as
69 questões concretas do exercício profissional de assistentes sociais e da vida da população
70 usuária das políticas sociais que atendemos cotidianamente. No dia **11 de junho de 2021, a**
71 **partir das quatorze horas e dois minutos (14h02min)** teve início o segundo dia de reunião
72 do conselho pleno. Foi debatido o item pautas urgentes, que compreendeu os limites da gestão
73 virtual e encaminhamentos da reunião de 08 de maio de 2021 sobre o planejamento e as
74 prioridades da gestão. A apresentação da síntese das atividades previstas para 2021 e as
75 prioridades foi realizada pela conselheira Maria Elizabeth Santana Borges, conforme
76 registrado a seguir. Planejamento de ações prioritárias das seguintes comissões: COMISSÃO
77 DE ÉTICA E DIREITOS HUMANOS (CEDH); COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E
78 FISCALIZAÇÃO (COFI); COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO (COMCOM); COMISSÃO
79 DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (CFP e RI);
80 COMISSÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA (ADM-FIN); COMISSÃO DE
81 SEGURIDADE SOCIAL AMPLIADA (CSSA). Reflexões que referenciam a delimitação de
82 prioridades: pensar o monitoramento a partir da avaliação dos resultados alcançados e da
83 relação destes resultados para o Cfess; identificar em que medida as deliberações
84 concretizadas sob a forma de projetos e atividades; apresentar a totalidade dos objetivos,
85 compromissos e tarefas da entidade, correlacionando-os com as condições concretas para a
86 realização das atividades e ações planejadas; analisar a sustentabilidade e organicidade das
87 suas funções. Atividades e projetos destacados pelas comissões: Atividades/Projetos
88 iniciados: - Tema: Contra a Criminalização das mulheres e Relações de Gênero e Violência
89 contra as mulheres. Encaminhamento: Reuniões com a Frente Nacional contra a
90 criminalização das mulheres e pela legalização do aborto; Intercomissões: CEDH; - Tema:

91 Povos Originários: Dia do/a Assistente Social de 2021 e que pode ser estendida também para
92 a questão das mulheres na campanha da gestão. Encaminhamento: Reuniões, lives, cards, etc;
93 Intercomissões: CEDH e Cocom; -Tema: Debater com as/os assistentes sociais em seus
94 espaços sócio-ocupacionais, sobre a questão do aborto, considerado questão de saúde pública,
95 direito sexual e reprodutivo das mulheres e das pessoas que engravidam. Encaminhamento:
96 Agendar reuniões; Intercomissões: Cofi, CSSA, CEDH; -Tema: Produção de orientação sobre
97 o teletrabalho e com relação ao uso da tecnologia da informação e comunicação (TIC).
98 Encaminhamento: Elaboração do texto; Intercomissões: Cofi, CEDH, CFP, CSSA e Cocom; -
99 Tema: Debate sobre a concepção de responsabilidade técnica de assistentes sociais, com
100 posterior construção de documento sobre o tema e aperfeiçoamento da Resolução vigente.
101 Encaminhamento: Apresentar análise das legislações e concepção de responsabilidade
102 técnica; Intercomissões: Cofi e Adm-Fin; - Tema: Campanha de Gestão. Encaminhamento:
103 Realizar reuniões. Intercomissões: Cocom; - Tema: Dia do/a Assistente Social.
104 Encaminhamento: Concluído no mês de maio; Intercomissões: Cocom; - Tema: Encontros
105 Descentralizados. Encaminhamento: Instituir a comissão organizadora para o Encontro
106 Nacional; Intercomissões: Todas as comissões; - Tema: Defesa da Política de Educação e o
107 Serviço Social na educação, bem como da Assistência Estudantil. Encaminhamento;
108 Intercomissões: CSSA, CFP, Cofi, Cocom; - Tema: Defesa da Política de Criança e
109 Adolescente e do Serviço Social nessa política. Encaminhamento: intercomissões: CSSA,
110 Cocom; - Tema: Defesa do projeto ético-político e da Seguridade Social Ampliada.
111 Encaminhamento: Realizar reuniões conjuntas. Intercomissões: CSSA, CFP, CEDH, Cofi,
112 Cocom; - Tema: Relações interinstitucionais - Articulação com a ABEPSS. Encaminhamento:
113 Dar continuidade as articulações Intercomissões: CFP, Cofi e CSSA; - Tema: Publicações de
114 vários temas/assuntos demandados pelas comissões. Encaminhamento: socializar o
115 planejamento e cronograma de publicações. Intercomissões: Cocom e demais comissões; -
116 Tema: Projeto editorial da agenda 2022. Encaminhamento: Dar sequência ao cronograma da
117 cocom. Intercomissões: Cocom; - Tema: 12ª Conferência Nacional de Assistência Social.
118 Encaminhamento: Preparar textos e arte gráfica para cobertura. Intercomissões: CSSA e
119 Cocom; - Tema: Defesa da Formação e do Trabalho. Encaminhamento: dar continuidade às
120 ações desenvolvidas. Intercomissões: CFP e Cofi e CSSA. - Tema: Atualizar e aprimorar as
121 normativas internas do Conjunto Cfess-Cress. Encaminhamento: Realizar estudos sobre a
122 Resolução CFESS n.º 446/2003 (Diárias) e sobre a Resolução 476/2005 (Fundo Nacional de
123 Apoio aos CRESS, SECCIONAIS e CFESS). Comissão: C.Adm-Fin. - Tema: Padronização
124 de Inscrição de pessoa física e jurídica. Encaminhamento: Retomar as reuniões do GT
125 Nacional. Intercomissões: C.Adm-Fin, Cofi e CFP. - Tema: Articulações políticas
126 internacionais do CFESS com os/as trabalhadores/as e suas representações. Encaminhamento:
127 Dar continuidade às articulações. Intercomissões: CFP e RI; - Tema: Realizar avaliação
128 nacional do sistema integrado de gestão administrativa do conjunto CFESS/CRESS.
129 Encaminhamento: Dar prosseguimento as ações planejadas. Intercomissões: C.Adm-Fin e
130 demais comissões; - Tema: Padronizar e aprimorar as iniciativas de transparência do Conjunto
131 CFESS-CRESS. Encaminhamento: Concluir as adequações no Portal do CFESS e monitorar
132 os portais dos Cress; Intercomissões: C.Adm-Fin e Cocom. - Tema: Avaliar e aprimorar, em
133 conjunto com os Cress e Cfess o Processo Eleitoral On-line. Encaminhamento: Concluir
134 eleições 2020/2023, dar sequência as reuniões (Estudo da legislação e análise dos relatórios
135 produzidos no processo de 2020). Intercomissões: C.Adm-Fin; - Tema: Sustentabilidade
136 financeira; - Tema: Implantar as adequações da LGPD para o Conjunto CFESS/CRESS.
137 Encaminhamento: Concluir a contratação da consultoria por meio de licitação.

138 Intercomissões: C.Adm-Fin; - Tema: A Instituir a Política de Diretrizes da Gestão
139 Documental para o conjunto CFESS-CRESS. Encaminhamento: Dar prosseguimento às ações
140 desenvolvidas. Intercomissões: C.Adm-Fin e Diretoria Executiva; - Tema: Gestão
141 Administrativa e do Trabalho. Encaminhamento: Reorganizar o processo de trabalho e novos
142 enquadramentos funcionais - contratação da consultoria. Intercomissões: CPT e Diretoria
143 Executiva; -Tema: Manter e desenvolver as relações de trabalho. Encaminhamento: Conhecer
144 e analisar o Acordo coletivo. Intercomissões: CPT e Diretoria Executiva; - Tema: Controle do
145 Conjunto CFESS -CRESS. Encaminhamento: Editar a portaria e realizar a primeira reunião
146 com a Comissão Especial. Intercomissões: Diretoria Executiva (tesouraria) e Conselho Fiscal.
147 Atividades/Projetos previstos (não iniciados): Tema: Depoimento Especial e Escuta
148 Especializada; Tema: Combate ao Preconceito e fomento à atuação profissional na luta
149 antirracista (Quesito raça/cor). A Cedh definiu contratação de especialista, mas é necessária
150 prévia conversa com os Regionais para debater o assunto antes de contratação e da elaboração
151 de documento, pois precisa de um norte inicial; Tema: Centralidade da Ética; Tema:
152 População em situação de rua; Tema: Acessibilidade (não havia previsão, mas também possui
153 ações vinculadas com outras comissões) – Atenção: estudo anuidade pessoas com deficiência
154 prioridade; Tema: Migrantes e refugiados (ver com Alessandra); Tema: Geração, Pessoa
155 Idosa (pouco material, consideramos prioritário) e com Deficiência; Tema: Capacitação das
156 CPEs (toda a comissão); Tema: Aprimoramento e monitoramento das ações que envolvem
157 denúncias, desagravos, processos éticos e disciplinares e recursos; Tema: Estudos sobre novas
158 configurações do trabalho, diante da tendência à “pejotização” por meio de
159 Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) e outras modalidades; Tema:
160 Trabalho profissional e Calamidade Pública (Projeto Aprimoramento das ações de
161 fiscalização profissional); Tema: Implantação do Centro Digital de Identidade, Cultura e
162 Memória da profissão e do Conjunto; Tema: Fortalecimento da Política Nacional de
163 Comunicação Conjunto CFESS-CRESS; Tema: Comunicação como direito humano; Tema:
164 Atualizar e aprimorar as normativas internas do Conjunto Cfess-Cress - Garantir espaço
165 criança nos espaços deliberativos do Conjunto CFESS-CRESS e, na medida do possível,
166 estender facultativamente a outros espaços das atividades do Conjunto; Tema: Normatizar as
167 diretrizes gerais do plano de ação anual e relatórios de gestão, como desdobramento do
168 planejamento estratégico; Tema: Cfess na Estrada (GT apresentará ao conselho pleno
169 avaliação e nova proposta em julho de 2021); Elementos para reflexão: o grande projeto
170 prioritário da área finalística será o “Defesa e valorização da profissão”: assegurar a defesa e a
171 valorização da profissão quanto à ética profissional, direitos humanos, seguridade social,
172 formação, orientação e fiscalização e a normatização do exercício profissional. No campo
173 profissional, a entidade deve ser avaliada quanto a sua capacidade de resposta a demandas
174 profissionais. Há de haver esforço em não fragmentar a compreensão da profissão, mas
175 também demarcar o campo de atuação precípua. Conhecer a realidade do trabalho profissional
176 é fundamental, com a contribuição de produções sobre a profissão e seus atuais dilemas ou
177 respostas às demandas institucionais. O quadro sócio-histórico atravessa e conforma o
178 cotidiano do exercício profissional, afeta as suas condições e as relações em que se realiza o
179 exercício profissional, assim como a vida dos (as) usuários (as) dos serviços sociais. A
180 profissão responde por necessidades sócio-históricas, suas demandas se atualizam diante das
181 metamorfoses do mundo do trabalho. Desde 2020, com a pandemia da Covid-19, o processo
182 de entrada das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no trabalho profissional de
183 assistentes sociais passa a nos desafiar, embora fosse algo que já estava sendo gradualmente
184 proposto e incorporado. A introdução das TICs e dos meios remotos repercutiu nos processos

185 de trabalho em que nos inserimos, na relação com outras profissões e trabalhadores/as, na
186 relação com usuários/as e nas condições éticas e técnicas de trabalho. Quanto à supervisão de
187 estágio, é importante provocar o debate a partir da dimensão político-pedagógica e crítica.
188 É fato que o teletrabalho não se apresenta do mesmo modo em todos os espaços sócio-
189 ocupacionais em que o Serviço Social está inserido, as principais demandas advêm dos
190 Tribunais de Justiça (TJs), Ministério Público (MP), Defensorias Públicas, Instituto Nacional
191 do Seguro Social (INSS) e educação. Na política de assistência social assegurar as condições
192 de trabalho frente à precariedade e à fragilidade dos vínculos de trabalho decorrentes das
193 contratações temporárias é um grande desafio. A precarização das relações de trabalho, tanto
194 no tocante às formas de inserção quanto no próprio processo de trabalho (intensificação da
195 jornada de trabalho e das formas de exploração). A atuação profissional não pode ser
196 desvinculada da questão social e das políticas sociais, não podendo ser a-histórica e focalista.
197 O trabalho de assistentes sociais, nos marcos do projeto ético-político profissional, exige o
198 enfrentamento às dificuldades e tensões e o reconhecimento e análise do lugar de
199 trabalhadoras/es, no contexto de pressões, assédios, embates, precarização do trabalho e
200 aumento do desemprego. A afirmação e defesa da autonomia profissional pode ser estratégica
201 no enfrentamento da barbárie capitalista e, como nos lembrou Brites (2020) [1], “há que se
202 empreender necessário esforço para não se perder autonomia, para isto é preciso romper com
203 o isolamento do trabalho cotidiano e buscar referenciais do coletivo profissional”. Do ponto
204 de vista da dimensão administrativa e financeira, é o princípio da Gestão a responsabilidade
205 para com o uso dos recursos advindos da categoria profissional, por meio do pagamento da
206 anuidade, para sustentação da entidade, que tem por finalidade normatizar e disciplinar as
207 prerrogativas profissionais e a defesa da ética profissional. Neste sentido, organizar a gestão,
208 ordenar despesas, manter e aprimorar a estrutura administrativa-financeira são tarefas que dão
209 continuidade a agenda política do Conjunto CFESS/CRESS. Para tanto, o “diagnóstico” vem
210 do funcionamento geral da Comissão Adm-Fin onde temos como prioridades: a relação com
211 os Cress; a organização e acompanhamento dos Sistemas Integrados; expedição do
212 Documento de Identidade Profissional - DIP; Sustentabilidade Financeira do Conjunto
213 CFESS-CRESS, planejando o uso dos recursos advindos da anuidade e aprimorando os
214 mecanismos de controle interno; planejamento e organização de documentos e arquivos.;
215 aperfeiçoamento dos meios de acesso à informação e proteção de dados. Em relação a
216 Governança, é preciso algumas ações imediatas para ter um patamar de serviços integrados.
217 Aqui se aponta como prioridade o Projeto de Redesenho Institucional (licitação em curso),
218 sob a coordenação da diretoria executiva e apoio da CPT. O quadro de pessoal deve ser
219 ajustado; primeiro, ter uma coordenação gerencial da estrutura administrativa; o
220 funcionamento da equipe deve ser interligado; algumas funções devem ser revistas, outras
221 condensadas, outras ampliadas, outras extintas e outras criadas. É importante aprimorar
222 constantemente o funcionamento geral da entidade e o fluxo de demandas entre conselheiras e
223 equipes e entre as coordenações, estabelecer fluxos administrativos e da relação com as
224 demandas, disciplinar a circulação de documentos e e-mails para melhor direcionamento de
225 respostas. O encaminhamento foi a leitura, discussão e revisão do material pelas coordenações
226 das comissões do conselho, com a avaliação dos temas transversais que precisam ser
227 debatidos e operacionalizados intercomissões; Convocação para reunião extraordinária de
228 conselho pleno no mês de julho, para tratar sobre o planejamento das ações do CFESS. Em
229 seguida foram debatidas providências imediatas de caráter organizativo, quais sejam:
230 realização de levantamento das perguntas frequentes encaminhadas com frequência ao CFESS
231 e formulação de respostas padrão para serem incluídas na sessão no site do Cfess: “Perguntas

232 Frequentes”; aprimoramento da organização dos escritórios de respostas, suas assinaturas e
233 trâmites; circulação de documentos pelo Sistema de Controle de Documentos e Protocolos
234 (SISDOC); redimensionamento das funções de assessorias; encaminhar discussão de proposta
235 de criação do núcleo jurídico. Seguiu-se o ponto de pauta sobre proposta de reunião geral com
236 trabalhadores para consulta sobre a avaliação da gestão. A conselheira Maria Elizabeth
237 Santana Borges apresentou informes da Diretoria Executiva e a conselheira Mauricleia Soares
238 dos Santos colocou os informes sobre a Comissão Permanente do Trabalho (CPT). Apontam
239 que as diversas reuniões realizadas contribuíram para pensar e repensar os fluxos de trabalho
240 e atribuições de trabalhadoras(es). Será realizada nova rodada de reuniões para avaliação do
241 trabalho realizado, com o objetivo de avançar na indicação das lacunas; pontos fortes;
242 natureza do trabalho, limites e possibilidades e propostas de mudanças. A deliberação foi a
243 realização da reunião proposta com os /as trabalhadores/as, em julho de 2021, com a
244 participação de toda gestão; envio de roteiro de avaliação, pela CPT, para subsidiar a reunião.
245 O ponto da Comissão de Comunicação compreendeu discussões sobre os seguintes itens. A)
246 Proposta de contratação de professora especialista em Comunicação no Serviço Social (a
247 professora doutora Claudiana Tavares Sgorlon, da Universidade Estadual de Maringá), para
248 apoio teórico-metodológico e operativo para realização e análise da pesquisa sobre a
249 comunicação do CFESS, conforme deliberação do Tema 3, das novas propostas do eixo
250 comunicação, aprovadas na Plenária Nacional CFESS-CRESS 2020. A deliberação do
251 conselho pleno foi pela aprovação da contratação referida e adoção dos encaminhamentos
252 administrativos financeiros para a contratação, em conformidade com a legislação vigente. B)
253 Proposta de contratação de profissional de comunicação, especialista em marketing digital e
254 redes sociais, para suporte técnico e analítico à realização da pesquisa da comunicação do
255 CFESS, conforme deliberação do Tema 3, das novas propostas do eixo comunicação,
256 aprovadas na Plenária Nacional CFESS-CRESS 2020. Foi apresentada a indicação do
257 profissional Marcos Paulo, que é analista de mídias sociais (social media) no Conselho
258 Federal de Psicologia e especialista em marketing digital, com competência para fornecer
259 contribuições técnicas da comunicação (ferramentas) para a realização da pesquisa e a
260 elaboração de diagnóstico técnico das ações do conselho no ambiente virtual, possui
261 comprovada experiência, com resultados expressivos no planejamento de conteúdo e
262 engajamento gerado para a entidade, o que atesta sua qualificação técnica e aponta sua futura
263 contribuição a esta entidade. O currículo do profissional inclui também experiências em
264 campanhas eleitorais e órgãos públicos, espaços que requerem saber técnico qualificado. O
265 profissional será contratado para fazer uma análise profunda das redes sociais do Cfess e
266 deverá apresentar um relatório técnico e proposições. A deliberação do conselho pleno foi
267 pela aprovação da contratação referida e adoção dos encaminhamentos administrativos
268 financeiros para a contratação, em conformidade com a legislação vigente. C) Reunião da
269 Campanha do triênio - tema: “mulheres: assistentes sociais contra o trabalho explorado, toda
270 forma de opressão e em defesa da vida”. A Comissão de Campanha do Cfess propõe agendar
271 primeira reunião: 17 de junho de 14h às 16h; avaliar necessidade de recomposição do GT;
272 necessidade do debate com o coletivo da gestão para construir elementos concretos a respeito
273 da direção e das linhas de pesquisa da campanha; necessidade de apontar alguns
274 elementos/categorias para contribuir com a campanha: sexualidade, aborto, classe, raça/cor,
275 território, violência doméstica, feminicídio, sexismo, abordar os corpos femininos, trabalho
276 não reconhecido (seja o trabalho doméstico, seja a relação com informalidade); dialogar com
277 mulheres que estão inseridas em movimentos de mulheres. A deliberação do conselho pleno
278 foi pela incorporação do tema da campanha de gestão como ponto de pauta permanente nas

279 reuniões dos Plenos; aprovação da conselheira da Dácia Teles, para compor o GT sobre a
280 Campanha do Triênio; sugerir nomes de convidadas para um debate sobre o tema na reunião
281 do conselho pleno de julho de 2021. D) Discussão e proposição de debates ao vivo – “lives”,
282 com o objetivo de abordar assuntos relacionados a defesa do trabalho profissional, da
283 profissão, das políticas sociais e direitos humanos na Pandemia. Foram propostos os temas:
284 Serviço Social na Pandemia (Calamidade; profissão); A luta em defesa do Sistema Único de
285 Assistência Social (SUAS) e a Conferência Nacional; Serviço Social na Educação; O SUS é
286 nosso! Vacina no Braço, Comida no prato!; Perfil das Assistentes Sociais; - Serviço Social no
287 combate ao racismo é todo dia!; Mulheres, Raça e Classe; - Condições de trabalho de AS
288 (Equipamento de Proteção Individual - EPI, Piso Salarial, Carga Horária de 30h, Concurso
289 Público; Precarização do trabalho; Reforma Administrativa); Formação profissional de
290 assistentes sociais; O Serviço Social no Mundo (Relações Internacionais). A deliberação do
291 conselho pleno do Cfess foi pela realização dos debates ao vivo – “lives”; indicação das
292 professoras Ana Elizabeth Mota e Maria Elizabeth Santana Borges como palestrantes no
293 primeiro debate; elaboração de planejamento e calendário, contemplando articulação com os
294 Cress; elaborar materiais, como vídeos curtos, cards; consultar os Cress sobre o interesse em
295 retransmitir os debates ao vivo - “lives”; apresentação de temas relacionados ao trabalho a ser
296 realizada pela COFI na reunião do conselho pleno de julho de 2021. E) Avaliação das
297 atividades de comemoração do dia da/o assistente social em 15 de maio de 2021. A avaliação
298 foi de acerto sobre a escolha do tema, significativa mobilização dos Cress, ressonância do
299 tema nacional nas atividades realizadas nos estados, importância da visibilidade do tema para
300 a categoria e potência da estratégia de debate ao vivo – “live” conjunta. Foi destacada a
301 importância do papel da assessoria de comunicação, o trabalho envolvido e a retransmissão do
302 debate ao vivo “live” nacional pelos regionais, uma forma de construção coletiva que teve
303 adesão e envolvimento dos regionais e nos dá uma nova dinâmica. Foi ponderado que teria
304 importante ter uma representante de movimento indígena no debate. As atividades deste dia
305 foram encerradas as 19:43. **No sábado, dia 12/06, o terceiro dia de reunião de Conselho**
306 **Pleno foi iniciado às nove horas e quinze minutos (09h15min)** sendo coordenado pela
307 manhã pela conselheira Mauricléia que informou que a pauta seria iniciada pela COMISSÃO
308 ADMINISTRATIVO FINANCEIRA. Foram discutidos os itens a seguir. A) GT Dip: emissão
309 dos lotes e novas providências. Informado que o GT DIP tem envidado esforços para acabar com
310 os passivos existentes, está sendo avaliada a descentralização dos procedimentos para
311 confecção de DIP, estudada a possibilidade de instituir documento digital e de aporte
312 financeiro do CFESS aos CRESS para efetivar esse processo, especialmente quanto a
313 digitalização da imagem. Explicado que os Cress que tem uma estrutura mínima de
314 atendimento e que atende cotidianamente a categoria, sendo possível de ser operacionalizada
315 a migração e importante que tal definição ocorra em conjunto com os Regionais, de modo
316 coletivo. Recuperado que no Encontro Nacional deliberou o material de uso e pode ser
317 necessário mudar esse material, embora não o layout, mas ainda não temos uma definição
318 para o qual será migrado. O tema necessitará de consulta e aprovação em plenária nacional.
319 Informado que emitir o documento digital junto com o documento de identidade profissional
320 facilitaria o uso do aplicativo da carteira enquanto aguarda a versão impressa, ponto a ser
321 também apreciado em Plenária. A deliberação do conselho pleno foi aprovação da proposta de
322 descentralização de confecção do DIP, além de pensar na possibilidade de DIP digital; a
323 apresentação da proposta na Plenária Nacional do conjunto CFESS-CRESS; aprovado as
324 propostas de apoio financeiro aos Cress, a depender das demandas apresentadas pelos
325 Regionais; consulta aos Cress a fim de contribuir com a elaboração de um Plano de

326 Providências para que o Cfess possa avaliar o apoio financeiro para o desenvolvimento das
327 ações propostas de digitalização do DIP; realização de reunião com os CRESS em julho de
328 2021 com o objetivo orientar sobre o DIP; intensificação do diálogo com a categoria em
329 articulação com a Comissão de Comunicação; reunião com a Comissão de Comunicação para
330 buscar estratégias de informação à categoria sobre a DIP. B) Proposta de Projetos especiais para
331 aporte financeiro aos conselhos regionais. Foi apresentada a sugestão sobre a possibilidade e
332 viabilidade de Projetos especiais para aporte dos Cress para utilização do provável superávit
333 do Cfess. Destacou-se que o apoio financeiro proposto não trata do aporte que é solicitado ao
334 Fundo de Apoio, mas é importante para garantir a sustentabilidade de alguns regionais. a
335 proposta de apoio financeiro para aspectos cotidianos para resolução de problemas que
336 garantam o pleno funcionamento da estrutura e dos serviços que são oferecidos a categoria e
337 não de inovação e particularizado em cada Regional. A assessoria contábil, na pessoa de
338 Vilmar Medeiros, fala da necessidade desses aportes que deve ser precedido de convênio e/ou
339 projeto e da consequente prestação de contas, assim, ve com bons olhos essa iniciativa que é
340 viável e fala inclusive de uma política de aporte para os conselheiros menores, como por
341 exemplo serviços de estrutura, mas que deve ser explicitado na definição do projeto e que é
342 algo pontual para que haja uma organização de cada Cress. A deliberação do conselho pleno
343 foi iniciar estudo para o desenvolvimento de proposta de projeto especial de aporte aos Cress,
344 com vistas ao fortalecimento da função precípua. C) Recomposição da Comissão Gestora do
345 Fundo (1 conselheira do Cfess). Explicado que a necessidade de recomposição em virtude do futuro
346 afastamento de duas conselheiras, Dilma Franclin e Priscila Cordeiro, que estão como titulares
347 da Comissão Gestora do Fundo. Sugerido que a conselheira Carla passe a ser titular e
348 recompor com duas conselheiras (titular e suplência). Indicadas as conselheiras Francieli
349 Borsato como titular e Maria Elizabeth Santana Borges como suplente. Deliberação pela
350 recomposição da comissão; incorporação das conselheiras Francieli Borsato como titular e
351 Maria Elizabeth Santana Borges como suplente, em substituição às conselheiras Dilma
352 Franclin e Priscila Cordeiro. D) Recurso Administrativo - Manifestação Jurídica Nº 28/2021-
353 V (Empresa M.M.S Limpeza em Prédios e em Domicílios Eireli/MACSERV MANUTENÇÃO E
354 SERVIÇOS). Trata-se de recurso de pessoa jurídica. Apresentada manifestação jurídica elaborada por
355 Vitor Alencar sobre o pleito da profissional. A análise jurídica ratifica a decisão do Cress BA que em
356 primeira instância não julgou procedente que o teor da demanda não se relaciona com o Serviço
357 Social. Deliberação do conselho pleno do CFESS foi pela aprovação da Manifestação jurídica e
358 encaminhamento do posicionamento para a profissional recorrente e também ao referido Regional. E)
359 Informes: 1. GT Voto on-line. Ratificada a distinção entre o voto online e a Comissão Eleitoral
360 para a Seccional de Campinas. Contudo, as demandas se relacionam e têm sido tratados no
361 mesmo âmbito. Recupera como tem sido o processo eleitoral em Campinas, cuja votação
362 iniciará em 22 de junho de 2021, no qual espera-se o quórum estabelecido, cujo tratamento da
363 base de dados incidiu na redução do número. O GT do Voto online realizou uma reunião
364 inicial entre as empresas prestadoras de serviços envolvidas em que foram apresentadas as
365 demandas com plano de ação com definição de um calendário semanal que serão realizadas
366 até a eleição. Apontado um problema relacionado a lista de votantes e para sua resolução o
367 Cfess realizou uma reunião extraordinária para tratar desse assunto com a Infolog (plataforma
368 online), Perfect (auditoria) e Implanta (Sistemas). Fez-se algumas adequações para a dita
369 “higienização” da base de dados com o suporte do Cress SP, que contribuiu com o envio da
370 lista de profissionais aptos para votar. Haverá reunião no dia 15 de junho de 2021 para
371 repassar todo o passo-a-passo para o êxito da votação, cujo acesso se dará por link enviado
372 por e-mail e também por SMS pelo número de celular. Aprendizados do processo, mas fala
373 que cada vez mais o Cfess tem centralizado processos administrativos como foram o voto

374 online, o DIP e Sistema Implanta, mas que temos que garantir as particularidades das
375 expertises entre Cfess e Regionais. 2. Comissão Permanente de Transparência. Informam
376 sobre orientação par aprimoramento das ações em torno da transparência, dentre eles, o
377 cuidado do registro com as memórias e que esse acúmulo foi apresentado em reunião
378 agendada com o corpo da Diretoria que compareceu para partilhar os encaminhamentos e
379 ações realizadas, bem como requer as contribuições e sugestões por parte de cada Comissão.
380 Na sequência, a assessoria de Comunicação apresentou o fluxo para a alimentação e
381 acompanhamento do Portal da Transparência, que requer participação de todas as áreas e
382 funcionárias/os do Cfess. Recupera que foi levada para a CPT uma demanda por mais
383 profissionais nesse processo de monitoramento, há alguns nomes hoje responsáveis, mas que
384 precisa ser adensando, sobretudo com esse redesenho e refinamento dos processos. 3. GT
385 Sistemas (cronograma de Treinamento/ Apresentação dos módulos da Sisdoc.net e
386 Processos.net). Informam sobre a realização de informação enviada por meio da Comunicação
387 Interna 17/2021 de 21/05/2021 a agenda e designação de participantes nos treinamentos
388 (funcionárias/os) e na apresentação (conselheiras) dos módulos Sisdoc e Processos. 4. Projeto
389 CFESS na Estrada. Informam sobre a reunião realizada no dia 30/04/21 para avaliação do
390 projeto “Cfess na Estrada”. Avaliam que na modalidade virtual o projeto seria
391 desconfigurado. Foi discutida a viabilidade de desenvolver um outro projeto também com o
392 objetivo de orientação, porém com uma configuração diferente e adaptada para o meio
393 remoto, com novos critérios e carga-horária. Foi indicado atualizar os materiais para subsidiar
394 as novas gestões dos regionais. O encaminhamento foi a apresentação, em data a ser definida,
395 de projeto de orientação aos CRESS para o período em que perdurar a Pandemia. O ponto de
396 pauta seguinte se refere ao Conselho Fiscal. Realizada a leitura e explicação dos pareceres
397 conforme seguem expostos: **PARECER DO CONSELHO FISCAL CFESS Nº 012/ 2021**,
398 de abril de 2021, sendo considerado as informações contidas no Relatório Contábil CFESS nº
399 05/2021, emitido pela assessoria contábil desta autarquia, assim, o Conselho Fiscal do
400 CFESS, em reunião realizada por meio de ambiente virtual, manifesta-se favorável à
401 aprovação do balancete CFESS referente ao período de 01/01/2021 a 30/04/2021. Em relação
402 as contas do Cfess também foi apresentado o **PARECER DO CONSELHO FISCAL**
403 **CFESS Nº 015/ 2021 que foi subsidiado pelas** informações contidas no Relatório Contábil
404 CFESS nº 06/2021, assim, em reunião realizada por meio de ambiente virtual, manifestou-se
405 favorável à aprovação do balancete CFESS referente ao período de 01/01/2021 a 31/05/2021
406 (maio de 2021). Na sequência, o Conselho Fiscal do CFESS, após exame das peças e
407 considerando os relatórios da assessoria contábil desta entidade, apresenta o **PARECER DO**
408 **CONSELHO FISCAL CFESS Nº 013/2021, onde** se manifestou favoravelmente à
409 aprovação dos balancetes do 4ª trimestre dos seguintes Conselhos Regionais de Serviço Social
410 - CRESS: CRESS 13ª – PB: Relatório Contábil nº 37/2021; CRESS 16ª-AL: Relatório
411 Contábil nº 31/2021; CRESS 17ª – ES: Informação Contábil nº 03/2021; e CRESS 25ª – TO:
412 Relatório Contábil nº 30/2021. Do mesmo modo, apresentou o **PARECER DO CONSELHO**
413 **FISCAL CFESS Nº 014/2021, onde** posicionou manifestação favorável a aprovação dos
414 balancetes do 1ª trimestre de 2021, dos seguintes Conselhos Regionais de Serviço Social -
415 CRESS: CRESS 1ª – PA: Relatório Contábil nº 39/2021; CRESS 2ª – MA: Informação
416 Contábil nº 05/2021; CRESS 3ª- CE: Relatório Contábil nº 38/2021; CRESS 5ª – BA:
417 Relatório Contábil nº 34/2021; CRESS 6ª – MG: Relatório Contábil nº 32/2021; CRESS 7ª –
418 RJ: Relatório Contábil nº 35/2021; CRESS 12ª – SC: Relatório Contábil nº 40/2021; CRESS
419 19ª – GO: Relatório Contábil nº 42/2021; CRESS 20ª – MT: Informação Contábil nº 04/2021
420 e CRESS 23ª – RO: Relatório Contábil nº 36/2021. Feitas todas as explicações devidas, o

421 Conselho Pleno aprovou todos os pareceres aprovados pelo Conselho Fiscal.
422 **Encaminhamentos:** publicação no site do Cfess. O ponto seguinte foi a Comissão de
423 Orientação e Fiscalização. a) Informe sobre o recebimento do Ofício nº 36/2021 do Cress-Ba,
424 que solicita análise da Cofi/ Cfess em relação à situação identificada pela Cofi naquela
425 jurisdição que reportam dúvidas quanto à possibilidade dos/as Assistentes Sociais atuarem de
426 forma autônoma, considerando o caráter de profissional liberal do/a Assistente Social. A
427 consulta versa especialmente sobre a oferta de serviços/ atendimentos de forma autônoma à
428 população, através de escritórios próprios ou mesmo vinculados às instituições, como clínicas
429 sociais, por exemplo, sem vínculos empregatícios com as mesmas. Debatido o conteúdo da
430 consulta. Deliberação de resposta ao ofício; aprofundamento do debate no âmbito da
431 Comissão de orientação e fiscalização do CFESS; avaliar possibilidade de discussão em
432 plenária nacional. B) Acordo Técnico de Cooperação com Ministério Público do Trabalho
433 (MPT) - Parecer Jurídico 03/2021 – E. Informada a reunião ocorrida entre as comissões de
434 orientação e fiscalização e de formação profissional, que analisaram o Parecer Jurídico nº
435 03/2021 de lavra da assessora Erika Medeiros, conforme encaminhamento do Conselho Pleno
436 de abril de 2021. O referido Parecer tratou do Acordo de Cooperação Técnica com o MPT
437 sobre o tema de estágios. Explicado que o MPT introduziu algumas alterações para a
438 renovação do Termo, sendo que algumas dessas alterações não foram acatadas pelo Cfess. Foi
439 encaminhamento de Ofício ao MPT apontando as divergências e solicitando a manutenção
440 dos termos anteriores. A deliberação do conselho pleno do CFESS foi por acatar o parecer
441 jurídico 03/2021 – E. Fica aprovada a renovação do Acordo de Cooperação Técnica entre o
442 Cfess e o MPT caso sejam incorporadas as sugestões do Cfess para manutenção das cláusulas
443 anteriores. C) Reunião com a ASSPI- Brasil. Informado convite da Associação de Assistentes
444 Sociais e Psicólogos dos TJs – Brasil, que solicitou agenda com o Cfess para tratar sobre
445 Estágio de Pós-Graduação no SS, modalidade que vem implementada em órgãos do sistema
446 de justiça e que vem sendo questionado. No momento está em elaboração um Parecer Jurídico
447 a ser debatido no conselho pleno do CFESS. A deliberação foi pela participação em reunião
448 com a AASPI para 17/6, às 16h com a participação das conselheiras Maria, Carla, Ruth e
449 assessoras Érika e Cristina. D) Parecer Jurídico sobre estágio de Pós-Graduação. Informado
450 que se encontra em elaboração Parecer Jurídico sobre o tema, elencados os elementos para
451 análise e enfatizado que a discussão foi iniciada em 2018, incluindo fiscalização por parte dos
452 CRESS. A Cofi/ Cfess produziu o levantamento das informações e sistematizou os achados.
453 Na ocasião também fora identificado uma ação judicial que tramitava no STF, ainda sem
454 julgamento, que questionava a pertinência dessa modalidade nos cursos de Direito. Os
455 elementos levantados até então indicam que se trata de trabalho e não de formação, elementos
456 que devem ser aprofundados do ponto de vista da regulamentação da profissão, assim como
457 do ponto de vista político e jurídico. A deliberação do conselho pleno foi concluir a
458 elaboração do Parecer Jurídico; incluir a discussão do tema como ponto de pauta da reunião
459 com a Abepss, responder à consulta do TJ-BA com os elementos até então discutidos. O
460 ponto seguinte se relaciona à Comissão de Ética e Direitos Humanos. A) Projeto de apoio aos
461 Cress. Informado sobre o debate com os Cress em relação à retomada da tramitação de
462 processos éticos por meio remoto, sendo identificadas dificuldades operacionais para
463 adaptação ao meio remoto; os processos até então tramitam em meio físico o que exigirá a
464 organização de toda uma infraestrutura necessária, a exemplo da digitalização aos processos;
465 contratação de plataformas confiáveis. Explicitada compreensão de que é preciso estruturar os
466 Cress para a retomada a partir de outubro, data prevista na Resolução que dispôs sobre a
467 retomada da tramitação dos processos éticos nos regionais. A Comissão indica a possibilidade

468 de o Cfess repassar apoio financeiro, destinado à estruturação dos Regionais, sendo indicado
469 que os recursos poderão ser deslocados do projeto Ética em Movimento, suspenso para 2021.
470 A deliberação foi pela aprovação da proposta do apoio financeiro; encaminhamento das
471 providências necessárias por parte da Comissão; envio e ofícios aos Cress, consultando quais
472 os recursos necessários à adequação necessária; realização de estudos e apresentação de
473 propostas da CEDH no próximo Pleno. B) Recomposição da comissão para o seminário
474 criança e adolescente. Informada a necessidade de recomposição em função do afastamento
475 de conselheiras/o Agnaldo Knevit, Daniela Möller e Dilma Franclin. A deliberação foi pela
476 aprovação da recomposição; Conselheira Kelly assume a titularidade, conselheiras Mauricleia
477 Soares e Elaine Pelaez se inserem na comissão; atuação das assessoras Adriane e Zenite na
478 Comissão; inserção de um funcionário administrativo a ser indicado posteriormente; envio de
479 ofício ao Cress 11ª Região/PR, solicitando indicação de dois conselheiros/as e um suplente
480 para compor a comissão organizadora; Emissão de Portaria com a composição da comissão
481 organizadora. C) PARECER JURÍDICO nº 22/21. ASSUNTO: Oposição ao Julgamento
482 Virtual do Recurso Ético CFESS nº 06/20 - Alegação de desconhecimento de denúncia e do
483 processo. Deliberação: Acatado o Parecer. Encaminhar cópia ao CRESS da 6ª Região, as
484 denunciantes, a denunciada Nayara Leão Machado e sua patrona constituída. D) Parecer
485 Jurídico 26/21. Assunto: Questionamento sobre o critério de designação do CRESS
486 desaforado – Denúncia Ética CFESS nº 01/21 de origem do CRESS da 5ª Região (BA)
487 desaforada para a jurisdição do CRESS da 17ª Região (ES). Deliberação: Encaminhamento:
488 Acatado o Parecer. Encaminhar ao Cress –ES e ao Cress-BA. E) Parecer Jurídico 27/21.
489 Assunto: Desaforamento CFESS nº 03/21 de denúncia protocolizada diretamente no CFESS.
490 Impedimento do CRESS processar e julgar a denúncia – Impossibilidade do processamento da
491 denúncia pelo CFESS, tendo em vista que é de sua atribuição legal funcionar como instância
492 recursal. Deliberação: Acatado o Parecer. Determinar o desaforamento para o CRESS da 17ª
493 Região (ES), onde já se encontra outra denúncia em processamento contra a mesma
494 profissional denunciada. Encaminhar cópia ao denunciante, à denunciada e ao CRESS-BA. F)
495 Parecer Jurídico 28/2. Assunto: Pedido de Desaforamento CFESS nº 04/21 de denúncia
496 protocolado perante o CRESS da 21ª Região - Arguição de impedimento do CRESS processar
497 e julgar a denúncia. Deliberação: Acatado o Parecer. Determinar o desaforamento para o
498 CRESS da 20ª Região/ MT. Encaminhar ao CRESS-21ª/MS e ao CRESS- 20ª/ MT. G)
499 Parecer Jurídico 29/21. Assunto: Pedido de Desaforamento CFESS nº 05/21 de denúncia
500 protocolizada perante o CRESS da 21ª Região – Arguição de impedimento do CRESS
501 processar e julgar a denúncia. Deliberação: Acatado o Parecer. Determinar o desaforamento
502 para o CRESS da 20ª Região/ MT. Encaminhar ao CRESS-21ª/MS e ao CRESS- 20ª/ MT. O
503 ponto a seguir foi a Comissão de Formação Profissional. A) Fórum Nacional de Formação e
504 Trabalho com qualidade em Serviço Social. Informado que as duas últimas reuniões do
505 Fórum foram canceladas. A próxima ocorrerá em 18/6. B) Residências em Saúde:
506 apresentação do e-book da CTEIPCS. Câmara Técnica de Estudos Integrados sobre
507 Participação e Controle Social (CTEIPCS/CNS) apresenta a publicação de e-book da
508 CTEIPCS, contendo pesquisas relacionadas a 14 eixos, dentre os quais o eixo da Residência.
509 A representação do Cfess no CNS está participando da organização do eixo da Residência. C)
510 3ª Reunião da Coordenação Nacional de Entidades em defesa da Educação Pública e gratuita
511 (Conedep) e Encontro Nacional em Defesa da Educação (ENE). Reunião da Conedep e
512 Encontro Nacional em Defesa da Educação. Sobre o 4º ENE, a discussão indicou o seu
513 cancelamento na modalidade presencial. Indicativo de elaboração de um texto com as
514 justificativas, resgate dos conteúdos e encaminhamentos dos encontros anteriores e

515 organização de jornada de lutas, com plenárias estaduais e uma plenária nacional no segundo
516 semestre. Encaminhamento de levar a discussão desse ponto para a reunião com a Abepss. D)
517 Divulgação do texto sobre Supervisão. Informado que divulgação do texto Supervisão de
518 Estágio em Tempo de Pandemia: reflexões e orientações político-normativas no site do Cfess
519 e nas redes sociais (facebook, instagram) já está em curso. E) Reunião com Abepss.
520 Informada previsão de ocorrer reunião em 24 de junho de 2021 e a pauta sugerida: Conedep;
521 Estágio pós-graduação; Criação do curso de serviço social na UEMS; serviço social na
522 Educação. A pauta seguinte foi a Comissão de Relações Internacionais. A) Informada a
523 análise do documento produzido pelo grupo sobre a participação do CFESS nas relações
524 internacionais e a data da reunião, 23 de junho de 2021. Deliberação de construir matéria
525 sobre a participação do Cfess nas RI. B) Processo eleitoral FITS. Informe do processo
526 eleitoral para representação do Cfess na Fits/ALC. A atual representante do Cfess não
527 pretende continuar na representação, mas entende que é importante a permanência do Cfess,
528 em virtude do referencial de SS crítico. Indicada a realização de diálogo com a presidenta da
529 Fits, Silvana Martinez. A próxima pauta se refere a Comissão de Seguridade Social. A)
530 Conselho Nacional de Saúde e Fórum Nacional de Entidades de Trabalhadores da Saúde -
531 FENTAS. Informadas discussões e proximidade das Eleições do CNS 2021, que será pauta de
532 discussão no FENTAS. A deliberação foi pela indicação da conselheira Ruth Bittencourt para
533 a comissão eleitoral do CNS, como uma das representantes do segmento de profissionais de
534 saúde. Informada realização de reunião da Mesa Diretora do CNS com Ministro da Saúde. A
535 representação do CFESS destacou a pauta das vacinas, com a defesa de Vacina já para todas
536 as pessoas no SUS, aceleração da vacinação, compra de maior quantidade de doses e atenção
537 aos segmentos da sociedade com maior dificuldade de acesso e concretização do direito à
538 vacina. Outros pontos foram debatidos na reunião, como: controle social e relatório da 16ª
539 (8ª+8), Defesa do SUS e setor público; flexibilização/quebra das patentes, kit intubação e
540 contra o tratamento precoce; financiamento (EC 95, R\$168,7 bi em 2021; PAS); necessidade
541 de coordenação nacional do enfrentamento à pandemia em articulação com estados e
542 municípios. B) Eleições Conanda. Informado que a Assembleia Eleitoral do CONANDA
543 ocorreu em 27/05/2021 com a participação de Magali e Agnaldo (eleitor/a titular e suplente).
544 O CFESS foi eleito como entidade para titularidade. A indicação de Magali Regis como
545 conselheira titular representante do CFESS no CONANDA ocorreu dia 02/06/2021, após
546 debates na comissão de seguridade social e por e-mail que apontaram a indicação de Magali
547 por maioria. Registrados agradecimentos a Magali e Agnaldo, enviados por ofício. E
548 agradecimento a Sandra Sampe, Zenite Boguea e Dacia Teles pelo acompanhamento. A
549 deliberação do conselho pleno do CFESS foi referendar a indicação da assistente social
550 Magali Regis Franz como conselheira titular representante do CFESS no CONANDA.
551 Diálogo constante com as representações e encaminhamento de memórias das reuniões do
552 Cfess para conhecimento das representações. C) Benefício de Prestação continuada BPC,
553 Medida Provisória - MP 1023/20 e Projeto de Lei de Conversão - PLV 10/21- ações políticas.
554 Informado que em 28/05/2021, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei de Conversão
555 (PLV) nº 10/2021, derivado da Medida Provisória nº 1023/2020, que altera a Lei nº
556 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e trata do critério de renda para fins
557 de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Explicado que o texto final do PLV,
558 que segue para sanção do presidente da República, estabelece: condicionantes e parâmetros
559 excludentes e limitadores para flexibilização de teto de renda per capita, que se enquadre entre
560 igual ou maior que 1/4 e menor ou igual a meio salário-mínimo; alterações referentes ao atual
561 modelo de avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência, utilizado no processo de

562 reconhecimento de direito ao BPC. Além disso, verifica-se ingerência em atribuições
563 privativas de assistentes sociais, com relação ao processo de avaliação para acesso ao
564 benefício. A interferência na atribuição profissional de avaliação social é inadmissível,
565 especialmente porque tem impactos negativos na qualidade dos serviços prestados e no acesso
566 aos benefícios e direitos de usuários/os. Explicitadas as ações e linha política pensada
567 inicialmente: 1. dar continuidade às análises sobre questões jurídicas e técnicas sobre a
568 avaliação social; 2. enfocar desmonte da política, retrocesso no modelo de avaliação e
569 restrição de direito, colocando a teleavaliação nesse contexto; 3. Elaboração de nota ou
570 documento curto e objetivo sobre a questão, colocar nossa posição e auxiliar nos diálogos
571 externos; 4. Realizar ampla divulgação da nota, junto a movimentos, entidades,
572 fóruns/frentes/conselhos e CRESS. Levar esta pauta aos espaços de representação do CFESS
573 em conselhos, fóruns e frentes; dialogar com FENASPS, Comissão Nacional de Assistentes
574 Sociais, mandatos parlamentares, assistentes sociais de referência na pauta do INSS,
575 movimentos, entidades de pessoas com deficiência, Ministério Público do Trabalho;
576 contribuir nas ações pensadas na COFI, como na Audiência Pública agendada na Câmara
577 Federal, em debates sobre autonomia profissional e teleavaliação; avaliar estratégias, como
578 Ação Direta de Inconstitucionalidade e outras. Encaminhamentos de diversas reuniões de
579 articulação e incidências, com a representação das conselheiras Elaine Pelaez, Maria Rocha,
580 Lylia Rojas e Alessandra Dias nestas atividades. D) Assistência Social – Ações para
581 Conferência Nacional. Realizados informes sobre envio de ofícios aos CRESS com informe
582 do processo conferencial; criação de grupo de whatsapp com os regionais ainda em processo e
583 não concretizada; apresentada novamente proposta de atividades mobilizadoras para a
584 Conferência. A Comissão considerou a importância de retomar esta pauta para alinhar a
585 proposta, em virtude das diversas proposições recebidas por e-mail. A deliberação foi a
586 aprovação do formato e dos convidados para os debates ao vivo – “lives”, vídeos e textos; E)
587 Representações – necessidade de recomposição. Indicada a assistente social Marta Aragão
588 como representante do CFESS no FNTSUAS, em substituição ao conselheiro Agnaldo
589 Knevit. A deliberação do pleno foi pela aprovação da indicação e encaminhamento do
590 convite. F) Telessaúde. Informado que o Cfess recebeu convite da Associação Brasileira de
591 Telemedicina e Telessaude ABTms, para reunião com a Frente Parlamentar Mista de
592 Telessaude (presidida pela deputada Adriana Ventura- Novo/SP) para debater o futuro da
593 telessaude no Brasil e quais as recomendações podem sugerir para inserção em nova
594 legislação e nas políticas públicas para melhor atender ao SUS”, dia 14/0621. A deliberação
595 foi: Encaminhar ofício sobre essa pauta para conhecimento do CNS, FENTAS e FCFAS;
596 responder com ofício com justificativa de ausência e indicação de que convidem CNS, haja
597 vista função de discussão e deliberação sobre políticas de saúde; Discussão sobre as
598 repercussões para o trabalho profissional através da COFI. Ponto de pauta encerrado às 20:30,
599 com o encaminhamento do item Lei da Educação – Observatório para dia seguinte, em virtude
600 do horário. No dia 13 de junho de 2021 o conselho pleno teve início às 10 horas. Tratou-se da
601 pauta da Lei da Educação – Observatório. Foram realizados informes das ações da
602 Coordenação Nacional e trazidos elementos sobre a proposta de organização do Observatório
603 da Lei da Educação, conforme proposta encaminhada por e-mail pela conselheira Kenia
604 Figueiredo. Explicitada a necessidade de contratação de uma profissional com um perfil
605 voltado para pesquisa, que tenha facilidade em alimentar bancos de dados, lidar com site e
606 familiaridade com o tema da lei 13935, não necessariamente assistente social; trata-se de ação
607 que busca articular experiências de produção e ser referência para quem trabalha na educação
608 básica. A forma de seleção e contratação atenderia as possibilidades do conselho/autarquia,

609 em diálogo com assessoria jurídica e diretoria executiva. A deliberação doi criar um grupo
610 com representações das 3 comissões que acompanham a pauta - formação profissional,
611 seguridade social e cofi, para delimitar o perfil profissional; complementar o projeto com
612 justificativa, objetivos e perfil; organização de um grupo pra pensar os termos da contratação
613 de profissional, composto por Kenia, Eunice, Dacia, Lucas e assessor Vitor; aprovada a
614 criação do Observatório da Lei da Educação e a contratação de profissional com um perfil
615 voltado para pesquisa, que tenha facilidade em alimentar bancos de dados, lidar com site e ter
616 familiaridade com o tema da lei 13935/2019. Em seguida foram tratados os pontos de pauta
617 relacionados à Diretoria Executiva. Como há previsão na pauta o debate do Acordo Coletivo
618 do Trabalho (ACT) 2021-2022 foi definida alteração na ordem dos pontos, pois não contará
619 com a presença de funcionárias no momento. A) Convites. Foi iniciado o debate sobre o
620 aceite do Cfess aos convites com definição de parametros para aceite, assim, quando da
621 chegada é possível responder uma parte deles com a recusa e informação da impossibilidade e
622 demais remeter para apreciação. Para os aceites, cabem as conselheiras considerar os
623 seguintes parâmetros: a) Estar vinculadas as nossas prioridades e princípios; b) abrangência
624 nacional; c) necessidade de articulações/fortalecimento político; e) Apoio/fortalecimento dos
625 CRESS. Também foi indicado que quando há prévio contato com determinada conselheira,
626 que quando da formalização que já venha nomeado com a diretora que foi previamente
627 convidada. Outro encaminhamento se refere a antecedência com que recebemos os convites,
628 assim, aqueles que chegarem com três dias prévias a data do evento, que serão recusados caso
629 não venha com nome de referência para prévio contato. B) Revisão do calendário de reuniões
630 do conselho pleno. A deliberação do conselho pleno foi a aprovação da alteração das datas
631 dos plenos e calendário de análise dos balancetes, conforme a seguir: Mês de referência dos
632 Balancetes: junho; Plenos agendados: não agendado; prazo da ata: 10/08; Prazo do conselho
633 fiscal: 24/06; proposta de pleno: 24/07. Mês de referência dos Balancetes: julho; Plenos
634 agendados: 12 a 15/08; prazo da ata: 10/08; Prazo do conselho fiscal: 19/08; proposta de
635 pleno: 19 a 22/08. Mês de referência dos Balancetes: agosto; Plenos agendados: 02 a 05/09;
636 prazo da ata: 10/09; Prazo do conselho fiscal: 17/09; proposta de pleno: 17 a 19/09. Mês de
637 referência dos Balancetes: setembro; Plenos agendados: 28 a 31/10; prazo da ata: 10/10; Prazo
638 do conselho fiscal: 28/10; proposta de pleno: 28 a 31/10. Mês de referência dos Balancetes:
639 outubro; Plenos agendados: 18 a 21/11; prazo da ata: 10/11; Prazo do conselho fiscal: 28/11;
640 proposta de pleno: 18 a 21/11. Mês de referência dos Balancetes: novembro; Plenos
641 agendados: 09 a 12/12; prazo da ata: 10/12; Prazo do conselho fiscal: 16/12; proposta de
642 pleno: 16 a 19/12. C) Ressarcimento de algumas despesas de conselheiras. De acordo com a
643 Resolução 446/2003, a tesouraria propõe uma organização de fluxo para solicitação de
644 ressarcimento de despesas de conselheiras por ocasião de atividades do Cfess ou de sua
645 representação. Trata-se de itens que não estão previstos na resolução de ressarcimentos, mas
646 considerando o momento da pandemia que envolve infraestrutura relacionados as TICs, como
647 pagamentos de wifi, conserto de computadores. Desse modo, foi apresentada a proposta de
648 instrumento de solicitação de ressarcimento adequado ao momento da pandemia. As
649 possibilidades de ressarcimento são as descritas a seguir: 1. as despesas com alimentação e
650 traslados a serviço do CFESS poderão ser ressarcidas no valor diário de até R\$ 140,00 (cento
651 e quarenta reais) - o pedido de ressarcimento deverá ser acompanhado de recibo, cupom ou
652 nota fiscal. 2. As despesas oriundas de utilização de internet e de telefone celular poderão ser
653 ressarcidas no valor mensal de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) - o pedido de
654 ressarcimento deverá ser acompanhado por conta com a devida marcação e justificativa. 3. As
655 despesas oriundas de consertos de computadores e demais equipamentos que estiverem sendo

656 utilizados para participação de reuniões do CFESS, poderão ser ressarcidos mediante
657 apreciação e deliberação do Conselho Pleno do Cfess - o pedido deverá vir acompanhado de
658 justificativa e de nota fiscal. A deliberação foi pela aprovação do fluxo proposto. Sobre o
659 item 1 e 2, as tesoureiras verificarão com Vitor sobre a periodicidade e o valor (diário ou
660 mensal). Sobre o item 3 as conselheiras verificarão com Vitor sobre o teto do valor do pedido
661 de ressarcimento de consertos diversos. As tesoureiras verificarão os fluxos e os formulários e
662 enviarão uma Comunicação interna. C) Atualização cartão CNPJ do Cfess. Foi explicada a
663 necessidade de aprovação sobre a alteração do endereço do Cfess. A deliberação foi:
664 aprovada, pelo Conselho Pleno, a alteração do endereço fiscal do CFESS para a SHS Quadra
665 06 Bloco E – Complexo Brasil 21 – 20ª. Andar, Cep: 70.322 – 915 – Brasília – DF para
666 alteração dos dados junto à Receita Federal; enviar o extrato da ata do pleno com a assinatura
667 da presidente e registrada em cartório e, posterior, envio para a ATA CONTABILIDADE que
668 providenciará a alteração junto à Receita Federal. D) Comissão Organizadora da Plenária
669 Nacional. A comissão organizadora da Plenária Nacional apresentou uma proposta de
670 metodologia para a realização da Plenária Nacional e do instrumental/formulário a ser
671 enviadas aos Cress, conforme documento anexo. A deliberação do conselho pleno foi a
672 aprovação da estrutura apresentada de metodologia para a realização da Plenária Nacional e
673 do instrumental a ser enviado aos Cress; enviar a proposta para as comissões sobre a
674 metodologia da Plenária Nacional para avaliarem e proporem suas sugestões, com devolutiva
675 até o dia 24/07 ou por e-mail, a depender da alteração do calendário proposto pela comissão
676 organizadora; indicar a alteração do Calendário apresentado, conforme indicação do pleno e
677 enviar para as comissões; estudar tecnologias participativas de forma remota, como por
678 exemplo, o “*mentimeet*”, para avaliação da atividade e *PADLET* que cria o mural interativo no
679 grupo. E) Comissão Organizadora do CBAS. Foram realizados informes sobre a última
680 reunião ocorrida com CFESS, Abepss e Enesso, tendo a presença da empresa Alvo Eventos.
681 São debates a serem aprofundados pelas entidades. A deliberação foi que a Comissão
682 Organizadora deve avaliar a utilização dos recursos financeiros existentes no Fundo CBAS
683 (saldo positivo de eventos anteriores); o CFESS avaliará possibilidade de aporte financeiro do
684 seu orçamento para o evento (viabilidade financeira e jurídica) e a proposta de data,
685 considerando a realização das eleições gerais e do Encontro Nacional de Pesquisadores em
686 Serviço Social - ENPESS, que ocorre no mesmo ano. A próxima reunião ocorrerá em 22/06
687 às 18h. F) SOLICITAÇÃO DE LICENÇAS E REORDENAMENTO DA GESTÃO. A
688 Secretária Dácia Teles apresentou o ponto de recebimento de solicitação de afastamento
689 temporário de Dilma Franclin por 90 dias e Daniela Möller por 120 dias, por motivo de saúde.
690 A deliberação foi pela aprovação das solicitações. Como afastamento da conselheira Daniela
691 Möller (2ª secretária) a conselheira Elaine Pelaez, 1ª suplente, assume o cargo
692 temporariamente. Com o afastamento da conselheira Dilma Franclin (suplente) será feito o
693 reordenamento das suplências. Encaminhamentos: publicar resolução de reordenamento em
694 razão das licenças e publicação no DOU para formalizar e realizar as providências devidas
695 (Responsáveis: Sandra Sempé). G) Avaliação do Código Eleitoral. Foi apontado que as
696 alterações a serem introduzidas no Código Eleitoral necessitam de discussão do Conjunto
697 Cfess/ Cress, sendo o espaço deliberativo o Encontro Nacional, que excepcionalmente não
698 ocorrerá neste ano. É necessário estudar as possibilidades, tendo em vista que as alterações
699 precisam ser introduzidas no ano anterior à realização das eleições (2023). O GT composto
700 por Ruth, Carla, Vitor e Adriane está elaborando a avaliação do processo eleitoral 2020-2023,
701 com vistas ao aprimoramento normativo e operacional. É lembrado sobre a discussão sobre a
702 instituição de cotas na formação das chapas; a conselheira Mauricleia se coloca à disposição

703 para compor o GT e contribuir na discussão. H) Acordo Coletivo Trabalho 2021-2022 (ACT).
704 Na proposta 2021 há cláusulas econômicas que se referem a recompor possíveis perdas
705 inflacionárias e crises econômicas e, tradicionalmente, são pontos de partidas na proposição
706 do ACT; instauração de Sindicância para prévia apuração de situações que podem culminar
707 numa demissão; pagamento auxílio teletrabalho e negociação da retirada do abono salarial
708 devido a sua natureza. Cumpre informar que a negociação se dará por meio de mesa com
709 representantes da diretoria e do corpo de trabalhadores com representação também do
710 Sindicato. Com isso, Elizabeth Santana Borges teceu as considerações finais e, não havendo
711 mais o que tratar, deu a mesma por encerrada às dezenove horas e vinte minutos (19h20) com
712 agradecimento a participação e qualidade dos debates realizados ao longo da jornada de
713 quatro dias. Nada mais havendo a tratar, eu, Elaine Junger Pelaez, que passo a assumir a
714 função de segunda secretária, lavrei a presente ata, que assino em conjunto com a Presidenta
715 do Conselho.

716 Brasília, 13 de junho de 2021.

717
718

Maria Elizabeth Santana Borges
Presidente

Elaine Junger Pelaez
2ª Secretária